

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Meio Ambiente

APROVADO na **Comissão de Defesa do Meio Ambiente** o **parecer** do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 851/2015**, que "Dispõe sobre a criação do Programa de Reaproveitamento de Óleo Vegetais do estado do Rio de Janeiro – PROVE", **favorável com a emenda da CCJ**.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado André Lazaroni, ao **Projeto de Lei nº 197/2015**, de autoria do deputado Flávio Serafini, que "Revoga os art. 2º e 4º da Lei nº 6.373, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre os critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção Civil", **pela constitucionalidade, com emenda**.

Microempresa

APROVADO na **Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais** o **parecer favorável** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 1268/2015**, de autoria do deputado Zaqueu Teixeira, que "Faculta ao empreendedor individual qualificado como Microempreendedor Individual – MEI, a Inscrição Estadual no Cadastro de Pessoa Jurídica do Cadastro de Contribuinte do ICMS (CAD-ICMS) do Estado do Rio de Janeiro."

Educação:

APROVADO na **Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso** o **parecer** da relatora, deputada Tia Ju, ao **Projeto de Lei nº 707/2015**, de autoria do deputado Dr. Sadinoel, que "Institui o procedimento a ser adotado pelas instituições de ensino no estado do Rio de Janeiro em caso de prática de "bullying", **favorável com as emendas da CCJ**".

APROVADO na **Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso** o **parecer** da relatora, deputada Tia Ju, ao **Projeto de Lei nº 1715/2016**, de autoria do deputado Benedito Alves, que "Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas salas de aulas das escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro", **favorável com as emendas da CCJ**.

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer favorável** do relator, deputado Dr. Julianelli, ao **Projeto de Lei nº 1150/2015**, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Cria o programa "alimentação para todos" nas escolas da rede pública e privada no estado do Rio de Janeiro".

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer favorável** do relator, deputado Dr. Deodalto, ao **Projeto de Lei nº 1339/2015**, de autoria dos deputados Márcio Canella e Waguinho, que "Institui a campanha estadual antitabagismo nas escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro".

Saúde

APROVADO na **Comissão de Assuntos da Criança, do Adolescente e do Idoso** o **parecer** da relatora, deputada Tia Ju, ao **Projeto de Lei nº 1327/2015**, de autoria do deputado Dr. Deodalto, que "Institui o estímulo a realização do "exame do cotonete" – exame de cultura de streptococcus B, em todas as gestantes que realizam o pré-natal nos hospitais, maternidades e congêneres públicas e particulares no estado do Rio de Janeiro", **favorável com a emenda da CCJ**.

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer** do relator, deputado Dr. Deodalto, ao **Projeto de Lei nº 1072/2015**, de autoria do deputado Milton Rangel, que "Dispõe sobre a permissão para a visita de animais domésticos e de estimação em hospitais privados, públicos e conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências", **favorável, com as emendas da CCJ**.

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer favorável** do relator, deputado Dr. Deodalto, ao **Projeto de Lei nº 1289/2015**, de autoria dos deputados Marcio Canella e Waguinho, que "Cria a Comissão de Profilaxia de Tromboembolismo Venoso – TEV – nos hospitais públicos e privados do estado e dá outras providências".

APROVADO na **Comissão de Saúde** o **parecer favorável** do relator, deputado Dr. Julianelli, ao **Projeto de Lei nº 1806/2016**, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que “institui o programa de conscientização, combate e prevenção contra a violência aos profissionais, nas unidades de saúde públicas e privadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro”.

Defesa do Consumidor/ Indústria de Rodas e Pneus

APROVADO na **Comissão de Transportes** o **parecer** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 1948/2013**, de autoria do deputado Luiz Martins, que “Determina que todas as montadoras de veículos, que tenham seus carros vendidos nas concessionárias no âmbito do Rio de Janeiro, exibam em sua frota a etiqueta nacional de conservação de energia-*ENCE*”, **favorável à emenda**.

Agroindústria

APROVADO na **Comissão de Defesa do Meio Ambiente** o parecer favorável do relator, deputado Milton Rangel, ao **Projeto de Lei nº 522/2015**, de autoria do deputado Bruno Dauaire, que “Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento rural sustentável e de produção de orgânicos no estado do Rio de Janeiro”.

Indústria Audiovisual:

APROVADO na **Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral**, o **parecer contrário**, do relator, deputado Dr. Deodalto, **à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 612/2011**, de autoria do então deputado Waguinho, que “Torna obrigatória a exibição de informes publicitários nas salas de cinema do estado do Rio de Janeiro, esclarecendo as consequências do uso de drogas”.

Indústria Química

APROVADO na **Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral** o **parecer** do relator, deputado Dr. Deodalto, ao **Projeto de Lei nº 549/2015**, de autoria do então deputado Nelson Gonçalves, que “Fica proibida a venda de tricloroetileno e de anti-respingo de solda a menores de 18 (dezoito) anos de idade”, **favorável com as emendas da CJC**.

Indústria de Transporte Coletivo

APROVADO na **Comissão de Transporte** o **parecer** do relator, deputado Marcelo Simão, ao **Projeto de Lei nº 603/2015**, de autoria do deputado Milton Rangel, que “Obriga que todos os veículos destinados ao transporte de passageiros com mais de vinte lugares sejam rastreados via remotamente e dá outras providências”, **pela baixa em diligência** – enviado ao DETRO¹ para que emita parecer técnico ao PL em questão.

APROVADO na **Comissão de Transporte** o **parecer favorável** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 1162/2015**, de autoria do deputado Jorge Felipe Neto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras de vídeo nas áreas internas das composições de transportes coletivos nos modais que operam sobre trilhos e dá outras providências”.

Indústria de Veículos de Duas Rodas

APROVADO na **Comissão de Transporte** o **parecer** do relator, deputado Dionísio Lins, ao Projeto de Lei nº 1382/2016, de autoria do deputado Carlos Minc, que “Cria o programa de incentivo ao uso de bicicleta por estudantes da rede pública de ensino e dá outras providências”, **favorável com a emenda da CCJ**.

Interesse Geral

APROVADO na **Comissão de Transportes** o **parecer** do relator, deputado Carlos Osório, ao **Projeto de Lei nº 113/2016**, de autoria dos deputados Carlos Macedo e Márcio Pacheco, que “Dispõe sobre a disponibilização de transporte especial em estabelecimentos comerciais, e dá outras providências”. (entende-se como estabelecimentos comerciais de grande porte: shopping centers; grandes centros comerciais; supermercados ou qualquer outro assemelhado), **favorável com o substitutivo da CCJ**.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Paulo Melo, ao **Projeto de Lei nº 2314/2016**, de autoria da deputada Zeidan, que “Torna obrigatório o uso de redutor de vazão nas torneiras de instituições públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro”, **pela prejudicabilidade** – já existe Lei 4397/2004 que regulamenta a matéria.

¹ DETRO – Departamento de Transportes Rodoviários do estado do Rio de Janeiro

REQUERIMENTO:

O Deputado Waldeck Carneiro **requereu urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 2296/2016**, de sua autoria, que “Altera a Lei nº 7.174/15, de 28 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer bens ou Direitos (ITD), de competência do estado do Rio de Janeiro”. Aguarda-se deliberação da Mesa Diretora.

OFÍCIO CCJ:

Nº 092 de 03 de maio de 2017

A Presidência da **Comissão de Constituição e Justiça** declarou **PREJUDICADO** o **Projeto de Lei nº 2198/2016**, de autoria do deputado Renato Cozzolino, que “Dispõe sobre o emplacamento e o licenciamento dos veículos das empresas de locação de veículos que exercem suas atividades no estado do Rio de Janeiro”, de acordo com o Artigo 142, Inciso II² do Regimento Interno da ALERJ.

Nº 112 de 03 de maio de 2017

A Presidência da Comissão de **Constituição e Justiça** declarou **PREJUDICADO** o **Projeto de Lei nº 1412/2016**, de autoria do deputado Dica, que “Dispõe sobre a cobrança de taxa de estacionamento cobrada por mercados e hipermercados”, de acordo com o Artigo 143³, seus incisos e parágrafos, do Regimento Interno e conforme solicitação do relator, deputado Chiquinho da Mangueira.

² Art. 142. Consideram-se prejudicados:

- a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado na mesma sessão legislativa, ou transformado em diploma legal;

³ Art. 143. O Presidente da Assembleia (ou de comissão), de ofício ou mediante consulta de qualquer Deputado, declarará prejudicada a matéria pendente de deliberação:

I - por haver perdido a oportunidade;

II - em virtude de prejulgamento pelo Plenário em outra deliberação.

§ 1º. Em qualquer caso, a declaração de prejudicabilidade será feita perante a Assembleia, sendo o despacho publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo.

§ 2º. Da declaração de prejudicabilidade poderá o autor da proposição, no prazo de cinco dias a partir da publicação do despacho, interpor recurso ao Plenário da Assembleia, que deliberará ouvida antes a Comissão de Constituição e Justiça, que deverá opinar no prazo de dez dias a contar do recebimento do processo respectivo.

**Projetos de Lei incluso na pauta da ordem do dia da
Comissão de Constituição e Justiça**

Relator: Deputado Edson Albertassi

- **PL 1500/2016**, do deputado Carlos Minc – equipamento motogeradores.

Relator: Deputado Chiquinho da Mangueira

- **PL 1628/2016**, da deputada Zeidan – obrigatoriedade de indicação expressa, na parte frontal dos rótulos de todos produtos, comercializados no estado do Rio de Janeiro, que utilizem gás butano e/ou propano, alertando sobre os riscos da inalação dos gases;
- **PL 2224/2016**, do deputado Waldeck Carneiro – programa à produção de cervejas e chopes artesanais no âmbito do estado do Rio de Janeiro;
- **PL 2508/2017**, do deputado Gilberto Palmares – máscaras/respirador semi facial contra vapores nos postos de combustíveis.

Relator: Deputado Carlos Minc

- **PL 2417/2017**, do deputado Átila Nunes – Programa “adote um amigo” na rede de ensino público e privado do estado do Rio de Janeiro.
- **PL 2518/2017**, do deputado Átila Nunes – programa estadual de consumo alimentar do peixe no estado do Rio de Janeiro

Relator: Deputado Filipe Soares

- **PL 2009/2016**, do deputado Milton Rangel – obrigação das academias de ginástica e estabelecimentos afins abaterem dos preços das suas mensalidades os dias não usufruídos pelos seus alunos no mês anterior;
- **PL 2366/2017**, do deputado Átila Nunes – estender benefício de novas promoções a clientes preexistentes a todo consumidor de serviço contínuo;

- **PL 2100/2016**, do deputado Milton Rangel – descarte de embalagens de medicamentos vazias ou vencidas no estado do Rio de Janeiro.

Comissão de Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral

Relator: Deputado Dr. Deodalto

- **EMENDA DE PLENÁRIO ao PL 612/2011**, do então deputado Waguinho – exibição de informes publicitários nas salas de cinema do estado do Rio de Janeiro, esclarecendo as consequências do uso de drogas;
- **PL 549/2015**, do então deputado Nelson Gonçalves – proíbe a venda de tricloroetileno e de anti-respingo de solda a menores de 18 anos.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária: 09/05/2017

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o Projeto de Lei nº 51/2015, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que “Altera a Lei nº 6879 de 02 de setembro de 2014 que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa “Consumo Responsável” no âmbito do estado do Rio de Janeiro”. **Vai a autógrafa.**

APROVADO o Projeto de Lei nº 534/2015, de autoria dos deputados Rafael Picciani e Zaqueu Teixeira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de clínicas e hospitais privados situados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a manter cadastro dos profissionais integrantes de equipes médicas que realizarem procedimentos sob regime “Day Clinic”, e dá outras providências”. **O projeto recebeu uma emenda e retorna às Comissões técnicas.**

1ª DISCUSSÃO

APROVADO o Projeto de Lei nº 2538/2013, de autoria do deputado Paulo Ramos, que “Altera a Lei nº 2498, de 28 de dezembro de 1995, estabelecendo nova linha divisória entre os municípios de Cabo Frio e Armações dos Búzios”. **A emenda apresentada pela CCJ⁴ foi rejeitada. O PL voltará em 2ª discussão.**

⁴ CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

APROVADAS as emendas de plenário ao Projeto de Lei nº 586/2015, de autoria do deputado Carlos Minc, que “Estabelece estratégias para ampliar a coleta seletiva em benefício da inclusão sócio produtiva dos catadores”. O resultado da votação das emendas ficou assim: Aprovada a emenda da Comissão de Defesa do Meio Ambiente; Aprovada as Emendas 1, 2 e 3, com parecer favorável da CCJ (as demais Comissões⁵ acompanharam o voto da CCJ); rejeitada a emenda 4 (com parecer contrário) e aprovada a subemenda ao artigo 2ª da emenda 4; aprovado o projeto emendado. **Vai à redação do vencido para 2ª discussão.**

Link para acessar a redação do vencido

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/42ff8bbe1e0960a38325811d0052aa84?OpenDocument>

Sessão Plenária: 10/05/2017

Em regime de urgência Discussão Única

APRECIADA as 65 emendas propostas ao Projeto de Lei nº 2726/2017, de autoria do Poder Executivo, que “Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal – FEEF - do estado do Rio de Janeiro”. Na reunião do Colégio de Líderes foi aprovado o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça - favorável, com subemenda às emendas nº 45, 50 e 61. Favorável, com subemenda aglutinativa, às emendas nºs 05, 06, 10, 11, 12, 14, 26, 34, 38, 40, 42, 63 e 65; 08, 23, 32 e 48; 25 e 47; 24, 46 e 62; 18 e 49; 07, 13 e 22; 09, 16, 27, 28, 29, 60 e 64. Contrário às demais emendas - e ratificado no plenário pelas Comissões⁶ que analisaram a matéria. Esse teve a forma final de redação. Todos os destaques apresentados foram rejeitados. O **substitutivo aprovado vai a autógrafa.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafa.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/08551327a6a70b088325811d006996b9?OpenDocument>

⁵ Comissões de: Saneamento Ambiental; Defesa do Meio Ambiente; Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; e de Trabalho.

⁶ Comissões: Economia; Tributação; e de Orçamento.

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2994/2014**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que "Altera a lei 5928 de 25 de março de 2011, que obriga a divulgação, nas embalagens, do tempo natural de degradação e das formas de descartes final dos produtos potencialmente nocivos ao ambiente e dá outras providências". **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/ab8b56b541051b738325811c007877be?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1193/2015**, de autoria dos deputados Ana Paula Rechuan e Comte Bittencourt, que "Modifica a lei nº 6.683, de 15 de janeiro de 2014, que torna obrigatória a inscrição do grupo sanguíneo e do fator RH nas fichas escolares dos alunos da rede pública e particular de ensino, no âmbito do estado do Rio de Janeiro". **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/124b3469119a42868325811c00789a34?OpenDocument>

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2076/2016**, de autoria do deputado Tio Carlos, que "Dispõe sobre a comunicação de ausência durante o período escolar, de alunos das escolas públicas e privadas do estado do rio de janeiro, e dá outras providências". **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/12ed1ec3743498448325811c007ae05b?OpenDocument>

Sessão Plenária: 11/05/2017

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1243/2015**, de autoria do deputado Wanderson Nogueira, que "Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem". **Vai a autógrafo.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/f2d8e9b98f96b05b8325811d00667ee3?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 2947/2014., de autoria da deputada Cidinha Campos, que “Altera a Lei 3.426, de 21 de junho de 2000, que proíbe depósito prévio para internação em clínicas ou hospitais públicos e privados no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências”. **Vai a autógrafa.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/26d970816c154af58325811d0066acc6?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 2320/2016, de autoria da deputada Zeidan, que “Classifica Arraial do Cabo como município de interesse turístico”. **Vai a autógrafa.**

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO:

Ofício GG/PL nº 62 de 09 de maio de 2017

Veto total aposto ao Projeto de Lei nº 466-A/2015

Autora: Deputada Ana Paula Rechuan

Proíbe a cobrança de tarifas bancárias sobre contas correntes inativas no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Ofício GG/PL nº 66 de 10 de maio de 2017 – oriunda do PL 482-A/2015

Autor: Deputado Luiz Paulo

Dispõe sobre a transparência na execução orçamentária do estado do Rio de Janeiro.

AGORA É LEI:

Publicação no DO-I de 10/05/17

Lei nº 7.571 de 09 de maio de 2017 – oriunda do PL 1818/2015

Autor: deputado Milton Rangel

Trata da divulgação dos preços pagos por medicamentos e serviços por parte das organizações Sociais e da Secretaria Estadual de Saúde

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Comissão de Minas e Energia 1ª Audiência Pública

Dia: 16/05/2017

Hora: 13:00

Local: Sala 311 do Palácio Tiradentes

Tema: Os mecanismos de fiscalização e controle do estado do Rio de Janeiro, relativos ao setor de distribuição de combustíveis.

DELIBERAÇÃO:

→ Comissão de Defesa do Consumidor

Realização de audiência pública, em 17/05/2017, das 12:30 as 14:45, para tratar do tema: Dano Moral – OAB

Presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Legislativos: José da Rocha Pinto. Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Estadual do Estado do Rio de Janeiro.